



Observatório de Política Externa Brasileira

– Informe de Política Externa Brasileira – Maio – 2011

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Mestre em História (UNESP/Franca): Tiago Pedro Vales (bolsista FAPESP);
Mestranda em História (UNESP/Franca): Adriana Suzart de Pádua (bolsista FAPESP);
Mestranda em Relações Internacionais (San Tiago Dantas) Camila Cristina Ribeiro Luis

Graduada em Relações Internacionais (UNESP/Franca): Celeste de Arantes Lazzarini.

Graduando em Relações Internacionais: Raphael Camargo Lima (bolsista CNPq/PIBIC).



Observatório de Política Externa Brasileira

No mês de maio, os periódicos analisados apresentaram um número baixo de referências a questões de política externa brasileira e houve pouca variedade de temas. *O Estado de S. Paulo* foi o diário que apresentou maior volume de editoriais referentes a essa temática, enquanto a *Folha de S. Paulo* apresentou apenas um, e as revistas semanais, *Carta Capital* e *Veja*, não abordaram temas dessa natureza em suas edições. Dentre os textos analisados, o assunto que recebeu maior atenção dos periódicos foi o litígio comercial entre Brasil e Argentina, devido aos bloqueios diversos à entrada de produtos importados do Brasil em território argentino. Outro assunto também abordado foram as relações comerciais entre Brasil e China, focando-se a emergência de novos interesses comerciais do governo chinês no país.

Nesse sentido, do ponto de vista do conteúdo, pode-se dizer que as fontes analisadas priorizaram temas de comércio internacional, dentre os quais, o contencioso com a Argentina foi o assunto de maior destaque.

Relações econômicas entre Brasil e Argentina

No dia 14 de maio, o governo brasileiro adotou o fim das licenças automáticas para produtos automobilísticos, como automóveis e autopeças. A medida emergiu no contexto de tensão bilateral entre Brasil e Argentina, devidos aos bloqueios comerciais diversos contra produtos de origem brasileira pelo governo argentino. Desde 2008, com a escalada dos efeitos da crise econômica internacional, a Argentina passou a adotar a suspensão das licenças automáticas de importação de uma longa lista de produtos. Nesse sentido, o que se tem observado é um entrave a muitos bens importados, que ficam retidos nos portos e rodovias argentinas, sendo muitos deles perecíveis e que acabam se perdendo antes mesmo de serem autorizados a entrar no país.

Anteriormente, no dia 17 de fevereiro de 2011, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior brasileiro, Fernando Pimentel, havia se reunido com sua homóloga argentina, a ministra da Indústria, Débora Giorgi, e ficou deliberado que, caso fosse necessária a suspensão das licenças



Observatório de Política Externa Brasileira

automáticas, o processo deveria ser feito de acordo com os prazos delimitados pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nesse contexto, jornal *O Estado de S. Paulo*, em editorial do dia 9 de maio, afirmou que a Argentina tem se aproveitado da postura brasileira de ceder a suas medidas protecionistas, tendo em vista sua percepção de que o governo Dilma Rousseff estaria adotando posturas continuístas no concernente ao comércio bilateral. O periódico afirmou que, desde dezembro de 2010, produtos brasileiros têm sido retidos pela Argentina, e defendeu que as medidas de exigir licenças prévias para entrada dos produtos brasileiros são afrontas às normas do Mercosul, além de que a morosidade das autoridades alfandegárias e sanitárias argentinas ferem as normas da OMC. O editorial advertiu que, caso o Brasil não adotasse posturas mais assertivas acerca da questão, o prolongamento desse cenário nada contribuiria para a evolução do comércio regional e poderia também prejudicar a indústria brasileira.

Em editorial do dia 12 de maio, dias antes do término do prazo apresentado por Fernando Pimentel para que a Argentina apresentasse uma solução para a questão, e que caso contrário o Brasil adotaria ações retaliativas, o periódico defendeu que se o Brasil efetivasse medidas dessa natureza, essas não seriam descabidas. Segundo o editorial, tais medidas fariam muito sentido dentro do contexto apresentado e o país estaria respondendo da mesma forma com que foi lesado. O diário *O Estado de S. Paulo* frisou que, de um lado, a Argentina vinha realizando políticas de desrespeito ao Mercosul e à OMC, e do outro lado, o Brasil apresentava uma postura de excessiva tolerância, observação já feita anteriormente, no editorial do dia 9 de maio, em que o periódico criticou a inação do Brasil frente ao comportamento abusivo do vizinho mercosurenho.

No dia 14 de maio, já após a suspensão brasileira das licenças automáticas a produtos automobilísticos, o periódico apresentou um novo editorial sobre a temática criticando as declarações da ministra da Indústria argentina de que as medidas brasileiras atentavam contra o diálogo bilateral e agiam de forma intempestiva e sem aviso, afetando metade do comércio entre



Observatório de Política Externa Brasileira

os dois países. O periódico buscou desconstruir o discurso de Giorgi afirmando que, historicamente, a Argentina foi o principal país que realizou as ações descritas pela ministra. O jornal *O Estado de S. Paulo* advogou que as medidas brasileiras terão efeito imediato dado o elevado nível de dependência das empresas automobilísticas argentinas do mercado brasileiro, além de que representa a pressão necessária para o avanço das negociações.

No dia 15 de maio, o periódico *Folha de S. Paulo* apresentou editorial acerca da mesma temática. Segundo o diário, apesar de o governo brasileiro justificar a adoção de licenças prévias para produtos automobilísticos como forma de frear as importações, a medida era uma retaliação clara à Argentina. O periódico argumentou que a medida representaria uma forma de engajar novas negociações com a Argentina, além de significar um pretexto para minimizar as assimetrias e diferenças. O editorial apontou para a provável impossibilidade de se obter ganhos de curto prazo, já que para além de um acordo econômico é necessário certo grau de alinhamento político, algo que, na opinião do jornal, não há no presente momento.

Entretanto, alinhamento político não se resume apenas à superação de divergências comerciais. Há outros âmbitos em que o dialogo bilateral tem obtido sucesso, seja na condução do processo de aproximação e integração sul-americano, no plano da Unasul, ou em áreas relacionadas à segurança regional, como a adoção de medidas de confiança mútua no plano militar. Ademais, a resposta brasileira às medidas protecionistas argentinas não visam a estabelecer mais empecilhos ao comércio regional, mas sim a abrir um espaço de discussão relativo aos entraves e dificuldades existentes, obrigando a Argentina a rever sua postura no processo de integração econômica no Mercosul.

Assim, nos dias 23 e 24 de maio, representantes de Argentina e Brasil reuniram-se para negociar sobre esse contencioso comercial. Na ocasião, os países acordaram na liberação gradual das licenças pendentes. Após o encontro, a Argentina publicou uma nota anunciando um acordo bilateral para a promoção de um desenvolvimento integrado entre os dois países.



Observatório de Política Externa Brasileira

Referindo-se aos eventos supracitados, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um de seus editoriais no dia 29 de maio. Segundo o periódico, fontes brasileiras haviam considerado o encontro como um fracasso devido à disposição argentina de tratar da política industrial dos dois países ao invés de negociar a eliminação das barreiras. O governo argentino tem reivindicado, entre outras concessões, financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para suas exportações. De acordo com o periódico, empresários brasileiros precisavam aceitar restrições impostas pela Argentina durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva devido à diplomacia econômica adotada: concessões aos países latino-americanos como mecanismo para alcançar uma suposta posição de liderança regional. O diário advogou que, de forma diferente, o governo de Dilma Rousseff parece apontar para uma nova direção. Segundo o editorial, a suspensão da licença automática para importação de veículos foi uma resposta árdua para os argentinos, porque esse comércio representa um quarto das exportações do parceiro mercosureño, para o Brasil. Apesar das medidas adotadas, o governo argentino se mostrou disposto a manter o protecionismo.

O periódico concluiu defendendo que o objetivo da reação brasileira não deve ser a instalação de mais barreiras entre os dois países, mas deve servir para mostrar a disposição do Brasil em tratar o comércio bilateral com seriedade, para restabelecer as condições mínimas indispensáveis a uma zona de livre comércio.

De fato, os eventos apontados pelo jornal *O Estado de S. Paulo* representam um caminho para uma possível atuação diferenciada do Brasil ao tratar de questões de comércio internacional. Entretanto, se por um lado, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva, a diplomacia econômica brasileira preferiu não adotar posturas mais assertivas acerca das medidas protecionistas da Argentina em virtude de ganhos visados em outros setores, a exemplo da consolidação do projeto de integração política da Unasul, que tomou corpo com a assinatura do Tratado de Brasília, em maio de 2008, ou mesmo da construção da imagem de liderança mediadora na América do Sul; por outro, a



Observatório de Política Externa Brasileira

adoção de medidas muito assertivas no campo comercial poderá prejudicar os ganhos políticos já obtidos ou mesmo a imagem de liderança adquirida na gestão anterior.

Ainda assim, é inegável a expectativa que o atual governo tem despertado com relação a uma mudança de rumo na condução da política externa brasileira. Os periódicos analisados por este informe trazem poucas críticas negativas às ações tomadas pela presidente Rousseff, que diga-se de passagem, ainda não imprimiu dinamismo às relações exteriores do país, salvo algumas declarações sobre direitos humanos e algumas ações referentes ao comércio internacional, ao contrário de seu antecessor, que estava sempre à frente de negociações em órgãos multilaterais. Talvez a ação mais importante deste governo em âmbito multilateral tenha sido a abstenção do Brasil da votação, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre o uso de força militar contra a Líbia em março deste ano e que não ganhou nenhuma referência nos periódicos analisados.

Diferente do antecessor, o governo Dilma Rousseff pode indicar certa exaustão do Brasil em arcar com os custos do processo de integração. Um conceito pertinente para analisar o caso é a noção de *paymaster* apresentada por Walter Mattli, no qual o autor descreve que nos regionalismos há sempre um ou dois países que devem arcar com grande parte dos custos, políticos ou econômicos. Nesse sentido, pode-se dizer que o Brasil representou um *paymaster* no desenvolvimento do Mercosul, mas que talvez a necessidade de pagar os custos da integração seja mais ampla do que a capacidade do país de fazê-lo. O governo brasileiro pode estar indicando que há certo limite de custos que o país é capaz de aceitar para lidar com a integração econômica e política da América do Sul. Portanto, aquilo que avance para além desse limite, poderá levar o governo a adotar medidas com o intuito de pressionar pela negociação e adequação do conjunto dos atores em determinada organização regional.



Observatório de Política Externa Brasileira

Relações bilaterais entre Brasil e China

Em editorial publicado no dia 19 de maio, o periódico *O Estado de S. Paulo* abordou os novos interesses comerciais chineses no Brasil. Segundo o periódico o governo chinês manifestou interesse em áreas para além das *commodities*, a exemplo dos campos de infra-estrutura, alta tecnologia, “tecnologia verde”, indústria em geral e turismo. O diário relata as propostas apresentadas pelo ministro do comércio chinês, Chen Deming, aos ministros brasileiros das Relações Exteriores, Antônio Patriota, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, durante sua visita ao Brasil, no dia 16 de maio. Segundo o ministro chinês, a demanda irá crescer grandemente na China nos próximos anos devido ao novo plano quinquenal recém-aprovado com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, o que exigirá mais importações do que exportações.

No que concerne ao comércio bilateral, o periódico defende que, apesar de o ministro chinês ter cobrado mais facilidades para investir no Brasil, há a necessidade de reciprocidade, tendo em vista que os chineses encontram mais facilidades para investir em território brasileiro do que o oposto. Do ponto de vista interno ao país, o editorial também apresentou críticas à infra-estrutura brasileira que pode oferecer graves empecilhos à diversificação da indústria nacional e, portanto, restrições para o investimento de outros países.

Referências bibliográficas

- Folha de S. Paulo – Editorial: **Freio nas importações** – 15/05/2011
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Argentina se aproveita** – 09/05/2011
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Já viria tarde** – 12/05/2011
- O Estado de S. Paulo – Editoriais: **Argentina sente o golpe** – 14/05/2011
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Brasil na mira da China** – 18/05/2011
- O Estado de S. Paulo – Editorial: **Impasse com a Argentina** – 29/05/2011